

Portaria nº 056, de 02 de junho de 2025.

*“Concede aposentadoria especial a servidora
Edna Maria Nunes Nascimento”.*

O SUPERINTENDENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA/GO – IPASLUZ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais conforme a Lei Municipal 3.598/2013 e tendo em vista o que consta no processo nº 2025010940,

RESOLVE,

Art. 1º- Conceder **aposentadoria especial** a servidora **EDNA MARIA NUNES NASCIMENTO**, CPF **183.357.051-00**, matrícula nº 7514, **Classe/Referência P523A318**, do cargo efetivo de **Auxiliar de Enfermagem**, do quadro pessoal da Prefeitura Municipal de Luziânia, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde**.

Art. 2º- **A servidora comprovou os requisitos para uma aposentadoria especial cujo trabalho se deu em condições especiais que prejudicam a saúde e a integridade física**, com fundamento no art. 57, da Lei 8.213/91, aplicável pelos Regimes Próprios de Previdência - RPPS por força da súmula vinculante nº 33/2014 do STF.

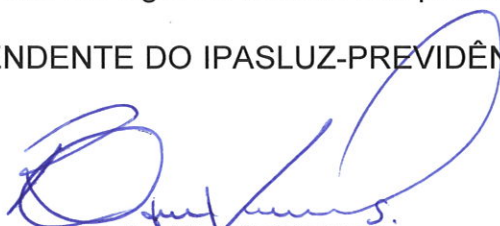
Art. 3º- Os proventos anuais da aposentadoria foram fixados em R\$ 32.790,24 (trinta e dois mil, setecentos e noventa reais e vinte e quatro centavos), com renda mensal inicial de **R\$ 2.732,52 (dois mil, setecentos e trinta e dois reais e cinquenta e dois centavos)**, tendo ocorrido **o cálculo pela média aritmética simples** das maiores remunerações, correspondente a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994, cujo resultado se limitou ao valor da última remuneração da servidora no cargo em que se dá a aposentadoria, em face do disposto no art.1º § 5º da Lei Federal 10.887/2004.

Art. 4º- Será devido a aposentada o **reajustamento anual da aposentadoria para preservar-lhe, em caráter permanente, o valor real, na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do RGPS**, previsto no art. 41-A, da Lei Federal 8.213/91, mesma fundamentação do art. 55, da Lei Municipal 3.598/2013.

Art.5º- Nada obstante a reforma municipal da Previdência consubstanciada pela Lei nº 4.699 em vigor a partir de 30/12/2024, a base legal que fundamenta a concessão do presente benefício é a lei anterior, com fulcro no art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal.

Art. 6º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO SUPERINTENDENTE DO IPASLUZ-PREVIDÊNCIA, aos 02 (dois) dias do mês de junho de 2025.



RAVEL VAZ MEIRELES
Superintendente